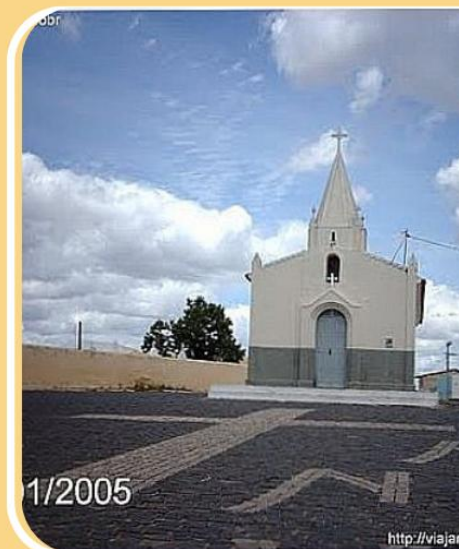




RELATÓRIO CONTROLE INTERNO 2025



POÇO VERDE/SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE



POÇO VERDE/SE
SETEMBRO/2025

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO	5
Responsáveis:	5
Informações Institucionais:	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. FONTES E CRITÉRIOS	6
3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	6
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
Receita Prevista	7
Receita Orçamentária por Fonte de Recursos – Demonstrativo Sintético	7
5. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:.....	12
Educação (mínimo 25%)	12
Saúde (mínimo 15%)	12
Limite de pessoal (54% do RCL).	13
Despesas com diárias	13
Endividamento e restos a pagar.	13
6. GESTÃO PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO	14
Patrimônio – Bens Adquiridos	14
7. LICITAÇÕES E CONTRATOS	15
8. SUBSÍDIOS	17
9. REPASSE LEGISLATIVO	17
10. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....	18
11. PRINCIPAIS ACHADOS DO TRIMESTRE	20
12. ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS	21
13. CONCLUSÃO.....	22
Desempenho da Administração	22
Parecer sobre a Conformidade da Execução Orçamentária e Financeira	22
14. CERTIFICADO DE AUDITORIA	23

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório abrange informações referentes aos seguintes entes e fundos municipais:

- **Prefeitura Municipal de Poço Verde/SE**
- **Fundo Municipal de Saúde**
- **Fundo Municipal de Assistência Social**
- **Fundo Municipal de Educação**

A análise contempla os atos de gestão, processos de despesas, contratos, aditivos e demais movimentações administrativas e financeiras ocorridas no período em exame, com o objetivo de assegurar a transparência, a conformidade legal e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Responsáveis:

- Prefeito: Roberto Correia Santana
- Controladora Interna: Cledna Matildes Oliveira Moura

Informações Institucionais:

- Endereço: Avenida Largo da Trindade, nº 15 – Centro – Poço Verde/SE – CEP: 49.490-000
- Telefone: (79) 3549-1946
- E-mail institucional: controleinterno@pocoverde.se.gov.br

Período de Referência: 3º Trimestre de 2025 (01/07/2025 a 30/09/2025)

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar, de forma clara e objetiva a análise dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, as ações, atividades e resultados obtidos pela **Prefeitura Municipal de Poço Verde/SE**, durante o período de referência **01.07.2025 a 30.09.2025**. Por meio deste documento, busca-se garantir a transparência na gestão pública, prestar contas à população e subsidiar a tomada de decisões, com base em dados e informações atualizadas sobre o desempenho das diversas áreas da administração municipal. Visando assegurar a legalidade, legitimidade, eficiência e economicidade da administração pública.

2. FONTES E CRITÉRIOS

Foram utilizados como base para a análise os seguintes critérios:

- Constituição Federal de 1988
- Lei nº 4.320/64
- Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
- Leis Orgânicas Municipais e legislação correlata
- Normativos do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A Controladoria Interna adotou como metodologia:

- Exame de documentos contábeis, financeiros e fiscais;
- Verificação de processos de despesas (SDs, ETPs, TRs, contratos e aditivos)
- Conferência de conformidade legal dos procedimentos licitatórios e contratações diretas;
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
- Diálogo institucional com as secretarias demandantes.


4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receita Prevista

DA ESTIMATIVA DA RECEITA	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 96.691.300,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 151.200,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES	R\$ 10.842.500,00
TOTAL GERAL DA RECEITA (LÍQUIDA)	R\$ 86.000.000,00

Receita Orçamentária por Fonte de Recursos – Demonstrativo Sintético

A execução orçamentária referente ao período **3º TRIMESTRE** apresenta o comportamento das receitas segundo suas respectivas fontes de recursos, permitindo verificar a origem e a disponibilidade financeira destinada ao custeio das ações da Administração Pública Municipal.

	ESTADO DE SERGIPE				
	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE				
	Receita Orçamentária por Fonte de Recursos - Demonstrativo (Sintético)				
De 01/07/2025 à 30/09/2025					
FONTE DE RECURSOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Acumulado	
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	31.045.455,00	31.045.455,00	10.308.187,29	25.951.088,01	-5.094.366,99
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	12.308.410,00	12.308.410,00	2.590.608,49	8.846.796,96	-3.461.613,04
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	8.226.875,00	8.226.875,00	1.754.143,07	5.945.832,31	-2.281.042,69
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	543.940,00	543.940,00	4.807.791,48	16.297.188,63	15.753.248,63
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração	18.525.040,00	18.525.040,00	51.039,34	500.218,69	-18.024.821,31
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	10.000,00	10.000,00	554.510,94	1.194.243,61	1.184.243,61
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração	1.782.900,00	1.782.900,00	0,00	0,00	-1.782.900,00
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	10.000,00	10.000,00	121.780,73	272.460,24	262.460,24
15500000 - Transferência do Salário-Educação	651.000,00	651.000,00	319.748,73	1.046.980,89	395.980,89
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto	6.130,00	6.130,00	284,08	725,28	-5.404,72

15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	695.000,00	695.000,00	135.107,17	280.182,77	-414.817,23
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	316.000,00	316.000,00	111.947,85	224.697,22	-91.302,78
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	101.000,00	101.000,00	27.262,31	530.479,79	429.479,79
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos	15.100,00	15.100,00	812.066,67	812.209,53	797.109,53
15710000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
15730000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	8.600,00	8.600,00	0,00	0,00	-8.600,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00
15993120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00
15993210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00
15993220 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares de	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	9.105.780,00	9.105.780,00	1.506.212,21	4.288.619,98	-4.817.160,02
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	43.000,00	43.000,00	1.934,77	4.498,14	-38.501,86
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	123.780,00	123.780,00	510.048,00	1.526.322,76	1.402.542,76
16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao	20.000,00	20.000,00	77.304,83	178.601,76	158.601,76
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	431.370,00	431.370,00	89.312,34	333.930,37	-97.439,63
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos	15.000,00	15.000,00	0,00	1.408,11	-13.591,89
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	-15.000,00
16590000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	-8.000,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	10.000,00	10.000,00	3.459.754,02	3.465.228,97	3.455.228,97
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000.000,00	995.000,00
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares	4.000,00	4.000,00	263.507,68	465.899,98	461.899,98
16593220 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares de	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	-4.000,00

16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	650.500,00	650.500,00	319.137,99	576.397,02	-74.102,98
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência	4.800,00	4.800,00	46.079,04	132.194,31	127.394,31
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à	73.100,00	73.100,00	0,00	0,00	-73.100,00
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	15.500,00	15.500,00	48.195,15	139.284,60	123.784,60
16693110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	-25.000,00
16693120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	-25.000,00
16693210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	-6.000,00
16693220 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares de	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	-6.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	-101.000,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres	16.700,00	16.700,00	0,00	0,00	-16.700,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	2.000,00	2.000,00	366,80	1.240,60	-759,40
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	40.500,00	40.500,00	32.657,81	98.599,58	58.099,58
17063110 - Transferência Especial da União	50.000,00	50.000,00	1.611.144,07	1.611.144,07	1.561.144,07
17090000 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de	500,00	500,00	0,00	0,00	-500,00
17103210 - Transferência Especial dos Estados	12.500,00	12.500,00	0,00	100.000,00	87.500,00
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -	111.500,00	111.500,00	0,00	0,00	-111.500,00
17160000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º -	101.500,00	101.500,00	0,00	0,00	-101.500,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº	9.100,00	9.100,00	0,00	0,00	-9.100,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de	594.420,00	594.420,00	196.267,84	596.270,84	1.850,84
17480000 - Outras vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	3.130.281,32	3.130.281,32
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico -	35.500,00	35.500,00	8.676,90	25.146,61	-10.353,39
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	-13.000,00
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	-35.500,00
TOTAL DA RECEITA	86.000.000,00	86.000.000,00	29.765.077,60	79.578.172,95	-6.421.827,05
Contabilis - Desenvolvido por 3Tecnos Tecnologia					

No quadro abaixo, evidencia-se a **arrecadação comparada a despesa realizada**, destacando o desempenho das principais fontes:

	ESTADO DE SERGIPE			
	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE			
	Comparativo Receita e Despesa Realizada por Fonte			
	De 01/07/2025 à 30/09/2025			
Fonte de Recursos	Receita Arrecadada	Despesa		
		Empenhada	Liquidada	Paga
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	10.304.013,34	2.878.504,39	7.718.078,82	7.717.834,57
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.589.221,47	1.318.800,25	2.537.459,96	2.573.591,34
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.751.750,76	2.214.771,58	3.244.547,38	2.894.750,58
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.807.791,48	0,00	0,00	0,00
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em	49.788,22	2.844.439,18	5.665.106,54	5.665.106,54
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	554.510,94	0,00	0,00	0,00
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em	0,00	379.500,00	367.397,34	367.397,34
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	121.780,73	0,00	0,00	0,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	319.732,88	597.558,93	354.797,90	277.897,50
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	274,22	0,00	0,00	0,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	135.099,29	0,00	226.770,48	262.565,27
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	111.932,08	66.767,73	74.125,03	77.906,95
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	27.246,54	34.779,11	0,00	0,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à	803.989,93	662.926,10	0,00	0,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	49.480,20	0,00	0,00	0,00
15993120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	49.480,20	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção	1.485.957,73	907.944,63	1.757.455,42	1.945.145,54
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação	1.308,47	0,00	3.597,00	5.913,00
16040000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de	510.048,00	-161.647,52	141.171,18	133.581,18

16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para	76.515,66	76.000,00	79.838,13	79.838,13
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	89.312,34	193.523,20	120.352,71	132.865,18
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à	0,00	1.068.476,15	109.017,22	0,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	3.459.675,75	835.870,34	2.133.501,00	2.133.501,00
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	0,00	950.772,03	945.912,13	321.327,03
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	261.126,29	16.869,88	18.025,83	22.897,83
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	310.251,75	154.595,71	231.990,02	231.619,71
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	45.050,77	21.227,71	22.049,01	22.627,71
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	47.156,92	13.522,75	0,00	0,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	59.201,48	59.201,48	59.201,48
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	263,60	0,00	1.960,37	1.960,37
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	32.753,13	0,00	3,66	3,66
17063110 - Transferência Especial da União	1.502.679,48	380.000,00	0,00	0,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao	196.259,96	0,00	0,00	0,00
17480000 - Outras vinculações de transferências dos Estados	0,00	989.488,39	1.011.625,27	1.011.625,27
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8.669,02	0,00	84,49	84,49
TOTAIS:	29.703.121,15	16.503.892,02	26.824.068,37	25.939.241,67
Contabilis - Desenvolvido por 3Tecnos Tecnologia				

5. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:

Educação (mínimo 25%)

Com base na Constituição Federal, os municípios brasileiros devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, incluídas as transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Esse limite constitucional tem como objetivo garantir recursos suficientes para promover uma educação pública de qualidade, assegurando investimentos contínuos em infraestrutura, formação de profissionais, material didático e demais ações voltadas ao ensino básico.

PERCENTUAL COM EDUCAÇÃO – MDE MINIMO 25%	
VALOR TOTAL APLICADO EM AÇÕES DA EDUCAÇÃO MDE	R\$ 15.001.937,84
PERCENTUAL APLICADO	30,60%

No encerramento do mês de **setembro**, o município aplicou com recursos próprios em despesas com educação o montante de **R\$ 15.001.937,84 (quinze milhões, um mil, novecentos e trinta e sete reais, oitenta e quatro centavos)**, o que corresponde a **30,60%**. Esse valor representa um investimento **5,60%** acima do percentual mínimo exigido de **25%**, demonstrando que o Município vem cumprindo e superando o percentual recomendado para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Saúde (mínimo 15%)

Foi observada a aplicação dos recursos mínimos exigidos constitucionalmente em ações e serviços públicos de saúde, conforme previsto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os investimentos priorizaram a manutenção e funcionamento da rede pública de saúde, incluindo despesas com custeio, medicamentos, insumos e serviços essenciais à população. A execução orçamentária demonstra o cumprimento das obrigações legais e o compromisso com a promoção da saúde pública.

PERCENTUAL COM SAÚDE – MINIMO 15%	
VALOR TOTAL APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	R\$ 7.357.620,16
PERCENTUAL APLICADO	16,06%

O município no encerramento do mês **setembro** aplicou com recursos próprios na saúde o montante de R\$ 7.357.620,16 (sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte reais, dezesseis centavos), o que representa **16,06%**, com isso, o Município vem cumprindo o percentual mínimo recomendado de **15%** para a área da saúde.

Limite de pessoal (54% do RCL).

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os municípios devem respeitar o limite máximo de **54%** da Receita Corrente Líquida (RCL) para gastos com pessoal do Poder Executivo. Esse limite tem como objetivo garantir o equilíbrio das contas públicas, evitando que os gastos com folha de pagamento comprometam a capacidade de investimento e a prestação de serviços essenciais à população. O controle desse percentual é fundamental para a responsabilidade na gestão fiscal e o cumprimento das metas orçamentárias.

CÁLCULO COM PESSOAL CONFORME RESOLUÇÃO 320	
PERCENTUAL APLICADO	48,23%

Despesas com diárias

As despesas com diárias representam um investimento essencial na capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos. Ao participar de cursos, seminários e eventos técnicos, a equipa adquire novos conhecimentos e atualizações que contribuem diretamente para a melhoria da eficiência, da qualidade dos serviços prestados e do cumprimento das metas institucionais. Com isso, regulamenta-se o procedimento para concessão de diárias e ressarcimento de despesas aos servidores e agentes públicos, conforme previsto no **Decreto nº 239/2025**. As diárias são concedidas de forma criteriosa, garantindo a legalidade e a boa aplicação dos recursos públicos.

RELATÓRIO DESPESAS COM DIÁRIAS – CONSOLIDADO		
EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
R\$ 29.275,00	R\$ 29.500,00	R\$ 30.325,00

Endividamento e restos a pagar.

Constatou-se a existência de Restos a Pagar, correspondentes a despesas regularmente empenhadas e não quitadas até o encerramento do exercício financeiro anterior. Embora a atual gestão não tenha localizado qualquer processo de restos devidamente instrumentalizado, está

atuando de forma responsável junto ao setor jurídico para orientar os fornecedores sobre os procedimentos necessários à regularização dessas pendências, garantindo transparência, legalidade e respeito aos compromissos assumidos anteriormente.

TIPO	PREFEITURA	SAÚDE	ASSISTÊNCIA	EDUCAÇÃO	TOTAL A PAGAR
SALDO A PAGAR DE RESTOS NÃO PROCESSADOS	R\$ 144.145,56	R\$ 33.047,25	R\$ 6.320,00	R\$ 8.052,95	R\$ 191.565,76
SALDO A PAGAR DE RESTOS PROCESSADOS	R\$ 154.874,16	R\$ 12.256,49	R\$ 8.345,27	R\$ 53.458,78	R\$ 228.934,70
TOTAL	R\$299.019,72	R\$ 45.303,74	R\$ 14.665,27	R\$ 61.511,73	R\$ 420.500,46

6. GESTÃO PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO

Durante o período analisado, foram realizadas verificações por amostragem nos registros de controle do almoxarifado e do patrimônio, com o objetivo de avaliar a consistência das informações e a conformidade com os princípios da boa gestão pública.

Patrimônio – Bens Adquiridos

Durante o período, foram incorporados ao patrimônio público diversos bens adquiridos com recursos próprios, visando à melhoria da estrutura administrativa e da prestação dos serviços públicos. Todos os itens foram devidamente registrados no sistema de controle patrimonial, assegurando transparência, rastreabilidade e a correta gestão dos bens públicos. Essa prática reforça o compromisso da gestão com a responsabilidade e o zelo pelo patrimônio do Município.

INFORMAR BENS NO PERÍODO 01.07.2025 – 30.09.2025 – CONSOLIDADO - CONTABILIS	
VALOR APLICADO	R\$ 99.066,55

7. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Foram analisados os procedimentos de licitações e contratos realizados no período, verificando-se a observância às normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas. As análises dos processos administrativos são realizadas previamente às contratações, com manifestação formal e emissão de parecer.

PROCESSO LICITATORIOS REALIZADOS NO PERIODO (01/07/2025 A 30/09/2025)	
TIPO DE PROCESSO E NÚMERO	OBJETO
ADITIVO Nº 56/2025 - PMPV	1º TERMO ADITIVO DE PRAZO
ADITIVO Nº 57/2025 – PMPV	5º TERMO ADITIVO DE PRAZO
ADESÃO A ATA Nº 58/2025 - PMPV	EQUIPE DE APOIO FESTIVIDADES
ADESÃO A ATA Nº 59/2025 - PMPV	ESTRATUTURA PARA FESTIVIDADES
INEXIGIBILIDADE Nº 60/2025 - PMPV	CONTRATAÇÃO DE SHOWARTISTICO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 61-2025 – PMPV	AQUISIÇÃO DE QUANTINHAS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 62/2025 – PMPV	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 63/2025 – PMPV	LOCAÇÃO DE TENDAS, MESAS E CADEIRAS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 64/2025 – PMPV	SERVIÇOS DE BORRACHARIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2025 – PMPV	LOCAÇÃO DE VEICULOS
DISPENSA DIÁRIO Nº 66/2025 – PMPV	LOCAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA
ADITIVO Nº 67/2025 – PMPV	1º TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2025 – PMPV	MATERIAL DE EXPEDIENTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2025 - PMPV	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
ADITIVO Nº 70/2025 – PMPV	1º TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO
DISPENSA DIÁRIO Nº 71/2025 – PMPV	CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PMPV	LOCAÇÃO DE MAQUINAS
ADITIVO Nº 73/2025 – PMPV	1º TERMO ADITIVO ACRESCIMO
ADITIVO Nº 74/2025 – PMPV	2º TERMO ADITIVO ACRESCIMO E SUPRESSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2025 - PMPV	MATERIAL ESPORTIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2025 - PMPV	MANUTENÇÃO E REPARO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2025 - PMPV	ESTRUTURA PARA EVENTOS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 78/2025 – PMPV	OLÉO LUBRIFICANTES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025 - PMPV	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2025 – FMS	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE RAIO -X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2025 – FMS	MATERIAIS ODONTOLOGICOS
INEXIGIBILIDADE Nº 30/2025 - FMS	CURSO DE FORMAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 - FMS	MANUTENÇÃO NAS UBS
ADITIVO Nº 32/2025 – FMS	1º TERMO ADITIVO REAJUSTE
INEXIGIBILIDADE Nº 33/2025 – FMS	LOCAÇÃO DE IMÓVEL
INEXIGIBILIDADE Nº 14/2025 -FME	CONSULTORIA SIMEC

ADITIVO Nº 15/2025 - FME	1º TERMO ADITIVO DE PRAZO
ADITIVO Nº 16/2025 – FME	1º TERMO ADITIVO PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025 - FME	REFORMA DA ESCOLA
ADITIVO Nº 18/2025 - FME	1º TERMO ADITIVO DE PRAZO
ADITIVO Nº 19/2025 - FME	1º TERMO ADITIVO ACRESCIMO
ADITIVO Nº 20/2025 - FME	1º TERMO ADITIVO ACRESCIMO
ADITIVO Nº 21/2025 -FME	1º TERMO ADITIVO ACRESCIMO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 – FMAS	KIT CESTAS BASICAS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2025 -FMAS	KIT NATALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025	AQUISIÇÃO DE VEICULOS
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2025	LOCAÇÃO DE PARQUE
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2025	ORNAMENTAÇÃO, CERIMONIAL E BUFFET

Observação: Ressalta-se, contudo, a importância da manutenção da organização documental, da correta instrução processual e da observância rigorosa aos prazos legais e às publicações obrigatórias, a fim de assegurar maior transparência e controle na execução contratual.



8. SUBSÍDIOS

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, **em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, art. 29, inciso VI.**

No presente exercício, a fixação dos subsídios foi realizada por meio da **Lei Municipal nº 863/2024**, aprovada pela Câmara de Vereadores, respeitando a regra constitucional de que os valores devem ser definidos em cada legislatura para a subsequente. Ressalte-se que os pagamentos são processados em parcela única mensal, sem a concessão de adicionais, gratificações ou vantagens pessoais, em consonância com a legislação vigente.

<u>SUBSÍDIOS</u>	
PREFEITO MUNICIPAL	R\$ 39.607,64
VICE - PREFEITO	R\$ 23.330,00
SECRETÁRIOS	R\$ 9.901,91

9. REPASSE LEGISLATIVO

Foram analisados os repasses financeiros realizados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo Municipal, referentes ao duodécimo constitucional, em conformidade com o disposto no art. 29-A da Constituição Federal. Os valores transferidos encontram-se devidamente registrados e processados dentro dos limites legais estabelecidos.

REPASSE PARA O LEGISLATIVO – PERÍODO JUL A SET/20250		
20/07/2025	JULHO/2025	R\$ 349.574,27
20/08/2025	AGOSTO/2025	R\$ 349.574,27
20/09/2025	SETEMBRO	R\$ 349.574,27

Observação: Foi identificada uma diferença nos repasses ao Poder Legislativo no período de janeiro a maio de 2025, totalizando o montante de R\$ 120.578,75. Diante disso, ressalta-se a necessidade de regularização desse valor até 31 de dezembro de 2025, a fim de assegurar o cumprimento integral das obrigações constitucionais.

10. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Controle Interno acompanha a manutenção e a atualização do Portal da Transparência do Município, acesse: <https://www.pocoverde.se.gov.br/portaltransparencia>, verificando a disponibilização das informações de receitas, despesas, licitações, contratos, convênios, folha de pagamento, relatórios fiscais e demais dados exigidos pela legislação vigente. Ressalta-se que a correta alimentação do portal é essencial para assegurar o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência da administração pública, além de atender às determinações constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

A Prefeitura Municipal de Poço Verde, reafirmando seu compromisso com a transparência e a boa gestão dos recursos públicos, realizou auditoria técnica e contábil na execução financeira e orçamentária dos processos referentes ao exercício de 2024, conforme Contrato nº 035/2025. Essa ação evidencia a responsabilidade administrativa e o compromisso da gestão em assegurar o correto cumprimento das normas legais e a eficiência na aplicação dos recursos municipais.

<div>LOPES CONTABILIDADE E AUDITORIA</div> <div>RELATÓRIO TÉCNICO</div> <div>I – DA INTRODUÇÃO</div> <p>Trata-se da execução dos serviços contratados através do contrato nº 35/2025, firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE junto a este escritório.</p> <p>O presente trabalho consiste em procedimentos de verificações e emissão de parecer técnico sobre os itens a seguir especificados, tendo como parâmetros as normas e procedimentos de auditoria aplicados ao Serviço Público, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.</p> <div>II – DOS TEMAS A SEREM ABORDADOS:</div> <ol style="list-style-type: none">1) Auditoria Financeira e de conformidade dos recursos recebidos da outorga da DESQ;2) Auditoria de saldos contábeis e conciliações registradas em 31/12/2024 e impactos orçamentários na execução do exercício findo de 2024 e reflexos no exercício de 2025;3) Auditoria da execução de Emendas Especiais do Governo Federal nos exercícios de 2022 a 2024;4) Auditoria na execução dos recursos da Lei Aldir Blanc;5) Análise da execução contábil do último trimestre de 2024;6) Emissão de relatório técnico conclusivo. <div>1 - DOS RECURSOS RECEBIDOS DA OUTORGA DA DESQ</div> <p>Rua Urupia Laili, 863, Anápolis/GO, CEP: 49.025-000, CNPJ: 02.117.415/0001-70 E-mail: lopes@lopescontabil.com.br, Fone: (079) 3217-4300 Celular: 99977-5304</p>

Protocolo das Peças Orçamentárias (LOA e PPA)

Em 30 de setembro de 2025, foi protocolado na Câmara Municipal o Projeto de Lei referente à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei do Plano Plurianual (PPA), cumprindo o prazo legal estabelecido na Lei Orgânica Municipal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). O Controle Interno acompanhou o trâmite de encaminhamento das peças orçamentárias, observando o cumprimento dos prazos e das exigências formais, assegurando a transparência e a conformidade dos atos com as normas de planejamento e execução orçamentária do município.

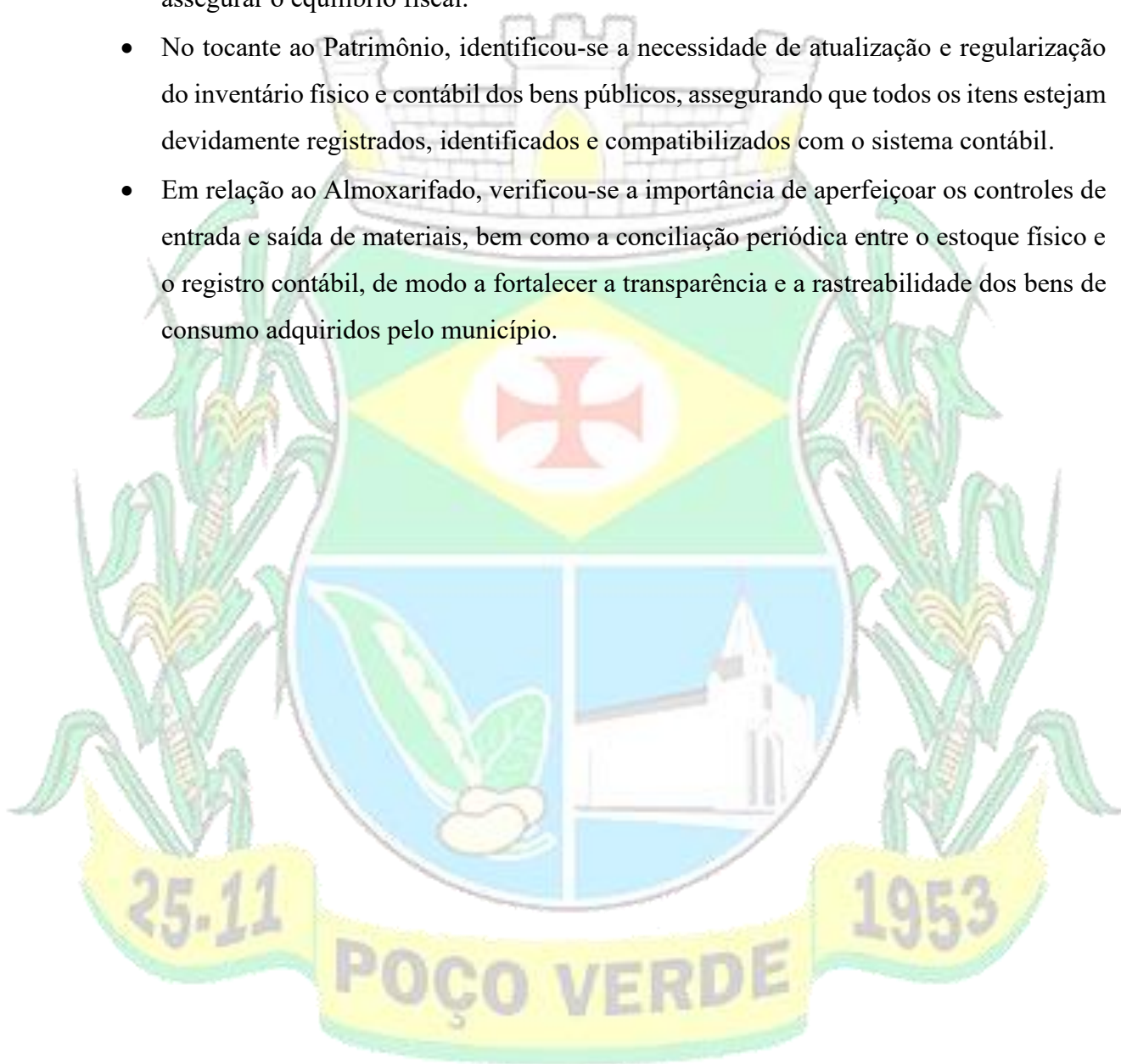
Relatório do Sistema de Índícios

O Controle Interno, acompanha mensalmente o relatório do sistema de indícios apontados pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), após recebimento o controle faz a análise detalhada das informações constantes no relatório, observando que tais registros resultam de cruzamentos automáticos realizados pelo sistema de auditoria da Corte de Contas. Nesse sentido, adotamos medidas de verificação junto aos setores responsáveis, com vistas a confirmar a veracidade dos dados e promover, quando necessário, a correção de eventuais inconsistências. O Controle Interno permanece atento ao acompanhamento das pendências, orientando os gestores quanto às adequações cabíveis e reforçando a importância da alimentação correta e tempestiva dos sistemas oficiais, de forma a evitar reincidências e garantir a conformidade das informações prestadas ao TCE/SE.



11. PRINCIPAIS ACHADOS DO TRIMESTRE

- Dificuldades nos saldos orçamentários: verificou-se a necessidade de maior atenção na gestão das dotações, recomendando-se que os gestores elaborem planos de ajuste, contemplando medidas de redução ou até mesmo cortes de despesas, de forma a assegurar o equilíbrio fiscal.
- No tocante ao Patrimônio, identificou-se a necessidade de atualização e regularização do inventário físico e contábil dos bens públicos, assegurando que todos os itens estejam devidamente registrados, identificados e compatibilizados com o sistema contábil.
- Em relação ao Almoxarifado, verificou-se a importância de aperfeiçoar os controles de entrada e saída de materiais, bem como a conciliação periódica entre o estoque físico e o registro contábil, de modo a fortalecer a transparência e a rastreabilidade dos bens de consumo adquiridos pelo município.



12. ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS

OFÍCIOS – RECOMENDAÇÕES- NOTIFICACOES - MEMORANDOS		
NUMERO	ASSUNTO	ORGÃO
CI - 033/2025	NOTIFICAÇÃO ELETRONICA TCE/SE	FMAS
CI - 034/2025	ENCAMINHAMENTO DE DILIGÊNCIA Nº 014460/2024 – PORTAL DO JURISDICIONADO	PROCURADORIA
CI - 035/2025	ATUALIZAÇÃO DAS CONTAS – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEC. FINANÇAS
CI - 036/2025	OFÍCIO CIRCULAR Nº 03/2025 E DO OFÍCIO Nº 172/2025	PROCURADORIA E SEC. MUN. AGRICULTURA
CI – 037/2025	ATUALIZAÇÃO DAS CONTAS – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SEC. FINANÇAS
CI – 038/2025	QUESTIONÁRIO DE DIAGNÓSTICO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL.	SEC. MUN. EDUCAÇÃO
RECOMENDAÇÃO 016/2025	CIÊNCIA E PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, A RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE (NOTA RECOMENDATÓRIA DCEOS/SE Nº 02/2025)	SEC. MUN. EDUCAÇÃO

13. CONCLUSÃO

Desempenho da Administração

Observa-se que, embora ainda existam pontos a serem aprimorados, a administração municipal tem demonstrado forte comprometimento, buscando constantemente melhorias nos processos e avanços na execução das políticas públicas. A análise realizada evidencia progressos significativos no período, com ações que fortalecem a estrutura administrativa e contribuem para a melhoria dos serviços prestados à população. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: o Projeto Saúde de Todos, que tem como objetivo zerar as filas de cirurgias, consultas e exames de especialidades, garantindo mais acesso e eficiência no atendimento aos usuários do SUS. Além disso, por meio da parceria entre a Prefeitura de Poço Verde e o Governo do Estado, está sendo executada a reconstrução total da Avenida São José, uma das principais vias do município, reforçando o compromisso com o desenvolvimento urbano e a melhoria da mobilidade local.

Demais ações desenvolvidas pela gestão também merecem destaque, pois representam o compromisso contínuo com o bem-estar da população e o desenvolvimento do município. São inúmeras iniciativas que, juntas, demonstram o empenho da administração em promover melhorias significativas em diversas áreas.

Parecer sobre a Conformidade da Execução Orçamentária e Financeira

Constata-se que a execução orçamentária e financeira do período analisado ocorreu de forma regular, em conformidade com as disposições legais vigentes. Destaca-se o cumprimento dos limites constitucionais mínimos de aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação, conforme exigido pelos artigos 212 e 198, §2º da Constituição Federal, demonstrando o compromisso da gestão com os serviços essenciais à população.

"Observa-se, ainda, que a Administração Pública tem buscado consolidar avanços na condução das finanças públicas, bem como aprimorar a instrumentalização dos processos, com o objetivo de promover uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada às boas práticas administrativas."

14. CERTIFICADO DE AUDITORIA

A Controladoria da Prefeitura Municipal de Poço Verde, no exercício de suas competências legais e em conformidade com o disposto na Resolução nº 1.120/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, certifica que realizou a análise dos atos de gestão **referente ao 3º trimestre de 2025, abrangendo o período de 01 de julho a 30 de setembro de 2025.**

A auditoria contemplou a verificação da conformidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a observância dos limites constitucionais mínimos de aplicação em saúde e educação, das disposições legais pertinentes e dos princípios norteadores da administração pública.

Dessa forma, o presente Certificado de Auditoria é emitido para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e às demais instâncias competentes, em atendimento aos normativos aplicáveis.

Poço Verde - SE, 30 de setembro de 2025.

Cledna Matildes Oliveira Moura
Secretária de Controle Interno

A Controladoria Geral do Município, informa e dá ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **Roberto Correia Santana**, acerca das conclusões constantes no Parecer Técnico referente à Avaliação da Gestão Pública Municipal relativa **relatório 3º trimestre de 2025.**

Tal procedimento cumpre integralmente o disposto no art. 21 da Resolução n.º 1.120/2005, garantindo a formalização do conhecimento da autoridade máxima do Executivo quanto aos resultados do controle interno.

Poço Verde - SE, 30 de setembro de 2025.

Roberto Correia Santana
Prefeito Municipal